

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, IMPERIALISMO E FOME O TRÁGICO NEGÓCIO GLOBAL COM ALIMENTOS

CAPITAL GLOBALIZATION, IMPERIALISM AND HUNGER: THE TRAGIC GLOBAL BUSINESS WITH FOOD

MUNDIALIZACIÓN DEL CAPITAL, IMPERIALISMO Y HAMBRE: EL TRÁGICO NEGOCIO GLOBAL CON LOS ALIMENTOS

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2021.i1.p.188-207

Lucas Gama Lima

Doutor em Geografia e Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

E-mail: lucasaelima@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4504-7753>

Ronilson Barboza de Sousa

Doutor em Geografia e Professor da Rede de Ensino do Município de Petrolina/PE

E-mail: wronibs@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3048-7705>

Flávio dos Santos

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)

da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: flavio.geografiaufal@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1001-3035>

RESUMO:

A fome acomete milhões de pessoas em vários continentes, sobretudo, nos países periféricos da economia capitalista. Sob a vigência do capitalismo, a fome assumiu um caráter perene e trágico, uma vez que o alimento se transformou em mercadoria e, posteriormente, em mero ativo negociável. O artigo tem como propósito refletir acerca da expansão do capitalismo na agricultura, dando especial ênfase ao imperialismo contemporâneo, marcado pelo crescente controle dos monopólios e do capital financeiro sobre os alimentos. Parte-se do pressuposto de que a dinâmica de acumulação mundializada ensejou a associação de capitais de diversas origens que buscam rápida valorização. Essa associação de capitais está representada por corporações empresariais e fundos de investimento, que operam em escala global, por meio da territorialização e da monopolização do território, subordinando os alimentos e a terra à uma lógica especulativa e perdulária, cujo desfecho tem sido a elevação dos famintos.

Palavras-chave: Capital Financeiro; Mundialização do Capital; Imperialismo; Fome.

ABSTRACT:

Hunger affects millions of people in several continents, mainly, in peripheral countries of the imperialist economy. Under capitalism, hunger assumed a perennial and tragic character, since food became a commodity and, later, a mere negotiable asset. The article serves the purpose of pondering on the expansion of contemporary capitalism in agriculture, giving a special emphasis to contemporary capitalism, marked by the increasing control of monopolies and financial capital over food. A common assumption has been that the dynamics of globalized accumulation resulted in the association of capitals from diverse origins that seek rapid capital appreciation. The association of capitals is represented by business and investment funds corporations, that perform on a global scale, through territorialization and monopolization of territory, subordinating food and land to a speculative and wasteful logic, whose outcome has been the global rising of the hungry.

Keywords: Financial Capital; Globalization of Capital; Imperialism; Hunger

**RESUMEN:**

El hambre alcanza millones de personas en varios continentes, sobre todo, en los países periféricos de la economía capitalista. Bajo el capitalismo, el hambre asumió un carácter perenne y trágico, ya que la comida se convirtió en una mercancía y, más tarde, en un mero activo negociable. El artículo tiene como propósito reflexionar acerca de la expansión del capitalismo en la agricultura, haciendo hincapié al imperialismo contemporáneo, marcado por el creciente control de los monopolios y del capital financiero sobre los alimentos. Se parte del supuesto de que la dinámica de acumulación mundializada produjo la asociación de capitales de diversos orígenes que buscan rápida valorización. Esa asociación de capitales está representada por corporaciones empresariales e fondos de inversión, que actúan a escala global, a través de la territorialización y de la monopolización del territorio, subordinando los alimentos y la tierra a una lógica especulativa y derrocadora, cuyo desenlace ha sido la elevación de los hambrientos.

Palabras clave: Capital Financiero; Mundialización del Capital; Imperialismo; Hambre.

1. INTRODUÇÃO

É da própria dinâmica do sistema do capital produzir riqueza em detrimento da miséria. Apesar da desigualdade social, da miséria e da fome não serem problemas novos, pois já existiam nas sociedades anteriores à sociedade capitalista, o que é novo, no capitalismo, é a dinâmica que amplifica tais problemas, em meio às condições de sua superação. Nesse contexto, quanto mais a sociedade se revela capaz de produzir bens e serviços, mais aumenta a quantidade de seres humanos expropriados das condições de sua reprodução, e é essa situação que marca a emergência da dimensão mais imediata da moderna barbárie, a barbárie capitalista (PAULO NETTO, 2010). Em sua intensa necessidade de busca incessante de lucro, o capital tende a se expandir espacialmente, subordinar todos os aspectos da vida social à sua lógica, e transformar elementos essenciais à sobrevivência da humanidade em mercadorias, a exemplo dos próprios alimentos, fortalecendo essa dimensão da moderna barbárie.

Essa realidade foi consolidada com o avanço e desenvolvimento do modo de produção capitalista, nos últimos 50 anos, mediante o processo de mundialização do capital, o fortalecimento da hegemonia do capital financeiro, a consolidação de empresas transnacionais e o seu avanço sobre a agricultura.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente artigo é analisar a transformação dos alimentos em mercadoria e, mais recentemente, em ativos negociáveis nas diversas praças financeiras globais, identificando suas contradições. Parte-se do pressuposto de que a transformação dos alimentos em meros ativos atende aos interesses prementes do capital monopolista e financeiro, inerentes ao imperialismo, recrudescendo a fome.

A análise está fundamentada no materialismo histórico-dialético, através do qual se busca identificar os fenômenos como determinações históricas e sociais, decorrentes da natureza das relações sociais de produção hegemônicas. A reflexão fundamenta-se em autores da Geografia, como Harvey (2011), Marques (2011) e Oliveira (2007; 2015) e de outros ramos das Ciências



Humanas, a exemplo de Caparrós (2016), Goldfarb (2012), McMichael (2016), Marx (2008) e Marx e Engels (2005).

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira é discutida a penetração do capitalismo na agricultura e a mercantilização dos alimentos, destacando o contexto do imperialismo clássico, que lançou as bases iniciais da divisão internacional do trabalho entre as distintas formações territoriais. Na segunda, é abordada a emergência da acumulação mundializada de capitais, que redefine o imperialismo e converte os alimentos-mercadoria em objetos de negociação especulativa, sob o domínio do capital financeiro. Ainda nessa segunda parte serão suscitados os dados que revelam a distribuição desigual da fome entre os continentes, enquanto desdobramento dessa dinâmica de acumulação em escala global.

2. CAPITALISMO, IMPERIALISMO E O ITINERÁRIO DA MERCANTILIZAÇÃO DOS ALIMENTOS

No livro 3 do famoso opúsculo, *O Capital*, Marx (2008, p. 823) assim introduz a discussão acerca da renda da terra: “o modo capitalista de produção domina, além da atividade fabril, a agricultura, isto é, que esta é explorada por capitalistas que de saída só se distinguem dos demais capitalistas pelo setor em que aplicam o capital” [...]. Dessa assertiva interessa-nos compreender seu elemento central, qual seja, sob a vigência do modo de produção capitalista, a agricultura e os produtos dela derivados assumem a condição mercantil, devendo, por conseguinte, destinar-se à reprodução ampliada do capital. Significa que a penetração das relações sociais de produção capitalistas no campo entabulou a conversão dos propósitos da produção agrícola aos designios de quem as comandam. A precisão de Marx reside na sua capacidade sintética e didática de anunciar que os capitalistas que investem capital na agricultura o fazem a despeito da qualquer consideração de ordem moral, filosófica e, até mesmo, histórica, pois são guiados pela máxima valorização.

Dessa feita, a expropriação dos camponeses, monopólio da terra e transformação dos alimentos em mercadoria sedimentaram o capitalismo. A captura da terra pelo capital permitiu a exploração do trabalho assalariado e a realização do valor, por meio da venda dos alimentos. A respeito dos alimentos, é preciso destacar que o controle de sua produção se tornou um objetivo perquirido pelas corporações empresariais, a fim de administrar o valor da força-de-trabalho. Isso explica por que desde o princípio os desdobramentos da expansão do capitalismo no campo estiveram soldados ao que ocorria nas cidades, e vice-versa, ensejando uma divisão territorial do trabalho fundamental para a valorização do valor. Os alimentos tornaram-se mercadorias



balizadoras para a reprodução da força-de-trabalho e, portanto, um elemento crucial para o alcance da taxa de lucro.

A concentração e a centralização do capital que ensejaram a formação das empresas monopolistas sob o primeiro domínio do capital financeiro, na segunda metade do século XIX, inaugurando a fase imperialista do capitalismo tal como cunhada por Lenin (2002) e Bukharin (1984), representou um episódio importante do processo de internacionalização do capitalismo, conferindo à divisão territorial do trabalho uma escala progressivamente global. Em seu livro, “A economia mundial e o imperialismo”, publicado em 1918, Bukharin (1984, p. 96), ao abordar a superprodução de produtos industriais nos países de economia monopolista, afirmou que tal fato resultava em uma produção limitada de produtos agrícolas, desequilibrando os setores da economia e, por conseguinte, impulsionando as corporações empresariais, sob a hegemonia do capital financeiro, “à subordinação dos países agrários, por meio da força militar”. Lenin (2002, p. 48), nos escritos de “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, publicado em 1917, também afirmou que os deslocamentos espaciais de capital em direção aos países periféricos tinham como propósito, além de exploração da força de trabalho, “o preço da terra e as matérias primas baratas”.

Assim, pode-se afirmar que o capitalismo, a partir de sua fase imperialista clássica, transpôs para uma escala internacional a divisão territorial do trabalho, vinculando a produção de alimentos aos prementes interesses das corporações empresariais monopolistas e estabelecendo uma relação assimétrica entre as formações territoriais, na qual o campo dos países periféricos complementou a produção industrial dos países centrais, através de abundante produção de alimentos. A esse respeito, Caparrós (2016, p. 246), em sua lancinante investigação sobre a fome, asseverou que correspondeu a um período no qual “foi acabando a fome habitual, cotidiana nos países ricos, porque eles passaram a ser o centro de um sistema mundial, ou seja, deixaram de depender de suas terras, de seus climas, de seus camponeses, de suas colheitas”.

Oliveira (2007) explica que as corporações empresariais monopólicas de várias nações europeias inundaram o mercado mundial com produtos industriais e, em contrapartida, receberam de vários países periféricos bens agrícolas, que forçaram a queda dos preços dos alimentos produzidos na Europa e o posterior alavancamento da produção agrícola nos países desse continente. Portanto, o controle sobre a produção/distribuição/circulação de alimentos tornou-se um elemento demasiadamente importante para os capitalistas, haja vista que os preços das terras e dos produtos agrícolas incidiam no valor da força-de-trabalho e, por sua vez, na dinâmica de acumulação do capital.



O processo de industrialização britânico e europeu foi estimulado crescentemente no primeiro regime alimentar pela exportação de grãos básicos de clima temperado e de carne do Novo Mundo, organizado na forma de acumulação extensiva ajustada para manter os salários dos trabalhadores em patamares reduzidos (MCMICHAEL, 2016, p. 60).

Segundo McMichael (2016), tal situação se altera após a crise de 1929, inaugurando um regime alimentar de acumulação intensiva de capital, onde o Estado terá um papel decisivo. Coube ao Estado a estabilização dos preços dos produtos agrícolas, ancorada em uma política de subsídios, restrições à importação e administração dos excedentes de alimentos. Marques (2011) explica que nos diferentes países, o Estado, em consonância com os propósitos do capital, contribuiu para reduzir os custos da força-de-trabalho ao estabilizar o preço dos alimentos e arquitetar uma política de estocagem permanente dos mesmos.

Essa simbiose entre capital e Estado na promoção de um regime alimentar, que demandava uma complexa divisão territorial do trabalho em escala, progressivamente, global e que guindava a produção abundante de alimentos a um papel estratégico para a redução dos custos da força-de-trabalho, perdurará até meados da década de 1970. Seu auge se verifica após a Segunda Guerra Mundial, com a difusão da Revolução Verde, por meio da qual foram lançadas as bases para a incorporação maciça de técnica/tecnologia na agricultura, culminando no impulso às relações sociais de produção capitalista no campo, à crescente padronização da produção agrícola, ao incremento da expropriação e/ou à subordinação da produção camponesa e à elevação da produtividade de alimentos.

Importante ressaltar que a narrativa da segurança alimentar é caudatária desse processo e vai servir de justificativa à paulatina difusão desse modelo agrícola, apresentando-o como imprescindível para o combate à fome no mundo. Porto-Gonçalves (2004) explica que uma das consequências desse período consistiu, justamente, no deslocamento do papel político, social e econômico da produção de alimentos e da existência da fome para uma simplificada – e ideológica – questão de ordem técnica.

Ou seja, as raízes da indigesta continuidade da fome, que acometia, especialmente, a população dos países periféricos, foi obnubilada com a narrativa veiculada pelo *mainstream*. Propositamente, o monopólio da terra e a apropriação privada dos alimentos permaneceram à margem dessa narrativa oficial, que apelou para o aumento da produtividade agrícola do campo como condição *sine qua non* para a conquista da segurança alimentar dos países. As corporações empresariais monopolistas, sediadas nos países centrais, em particular, nos Estados Unidos, cresceram extraordinariamente nesse período, massificando seus produtos alimentícios e fornecendo



um pacote tecnológico (fertilizantes, agroquímicos, sementes, etc), que ia ao encontro da obsessiva produtividade.

Em suma, o intervalo temporal iniciado entre o final do século XIX e o começo da década de 1970 esteve marcado pela internacionalização da produção capitalista, que produziu uma complexa relação social, baseada numa divisão territorial do trabalho em escala crescentemente global. Num primeiro momento desse interregno, fez-se da produção agrícola dos países periféricos suporte ao desenvolvimento da atividade industrial dos países centrais – conformando as corporações monopólicas – e, num segundo momento, conferiu-se um protagonismo, sem precedentes, a essas corporações monopólicas, as quais, articuladas aos Estados nacionais, expandiram suas atividades no exterior como verdadeiras multinacionais, por meio da venda de alimentos e do fornecimento de insumos agrícolas.

Em que pese o crescente peso da influência das corporações empresariais monopólicas do ramo alimentício, a produção de alimentos ainda seguia vinculada ao papel estratégico de controle do valor da força-de-trabalho, de modo que os Estados nacionais com o apoio da FAO/ONU¹ administravam seus estoques e empregavam, regulamente, mecanismos para se evitar a oscilação frequente de seus preços. Nada disso impediu a existência da fome e das hordas de famintos pululando os continentes (PORTO-GONÇALVES, 2004), entretanto, conteve por algumas décadas a sujeição dos alimentos aos jogos especulativos do mercado.

3. MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: QUANDO O ALIMENTO SE TORNA UM MERO ATIVO

A dinâmica de acumulação do capital, deflagrada com o fim da Segunda Guerra Mundial, apresentou sinais de esgotamento a partir da década de 1960. Os capitalistas passaram a ter dificuldades para a reprodução ampliada de seus investimentos, e os arranjos político-econômicos, consignados no Acordo de Bretton Woods, obstaculizavam uma maior ascendência do capital financeiro. Como explicou Harvey (2011, p. 35), “os poderes do capital financeiro, embora importantes, estavam circunscritos e eram razoavelmente transparentes”.

Ainda segundo Harvey (2011), esses arranjos funcionaram enquanto os EUA se abstiveram de fazer uso de seu direito de *seigniorage*, de impressão de dólares para atender apenas seus interesses. No entanto, a persistência da estagnação econômica e da inflação conduziram os norte-americanos a encerrarem, unilateralmente, esses “constrangimentos”, eliminando a necessidade de vinculação estrita do dólar ao ouro e ensejando um capítulo próprio do processo de

¹ FAO (Food and Agriculture Organization) é a agência da ONU (Organização das Nações Unidas) responsável pela alimentação e agricultura global.



internacionalização do capitalismo. Alcançou-se, portanto, aquilo a que Chesnais (1996) denominou de mundialização do capital, que pode ser, sucintamente, definida pela(o): hegemonia do capital financeiro no processo de acumulação; incremento de tecnologia na valorização do valor (aumento da composição orgânica do capital); investimentos externos diretos das corporações monopólicas, com prevalência de movimentos de capital intracorporativos; subtração da capacidade de controle do Estado sobre o comércio exterior e sobre o movimento de entrada e saída de capitais; integração do mercado financeiro; privatizações de ativos do Estado e; uma reestruturação produtiva com aumento do desemprego e precarização do trabalho.

A hegemonia do capital financeiro é uma dimensão notadamente importante dessa economia mundializada, pois libertado das amarras que restringiam sua mobilidade, o capital financeiro pôde, finalmente, converter-se em um errante, numa constante busca por valorização em qualquer placa, assumindo uma dinâmica fugaz e predatória. De acordo com Costa (2008, p. 30):

Movido pela lógica da desregulamentação financeira, da mobilidade irrestrita de capitais e das altas taxas de juros, o capital financeiro se libertou das amarras do espaço e do tempo e passou a operar com enorme versatilidade, proporcionando a esta atividade a hegemonia dos negócios do sistema capitalista e instituindo o rentismo como norma geral para os agentes econômicos, processo denominado de financeirização da riqueza.

A mundialização do capital provocará expressivas alterações na produção de alimentos. Como já abordado, até meados da década de 1970, os Estados nacionais se encarregavam de promover uma política de administração dos estoques e dos preços dos alimentos, através de fartos subsídios agrícolas e de restrições à especulação. À época, a distribuição alimentar e o combate à fome ainda se tratavam de responsabilidades, mormente, atribuídas ao Estado (HOYOS; AUGUSTINI, 2017). Não que a situação dos famélicos do mundo fosse uma prioridade, como tão bem advertiu Patel (2008), senão que se travava de um sistema global de produção alimentar inspirado na manutenção da estabilidade política. A crise do capital e as medidas contratendências adotadas pelos capitalistas, articulados com os Estados, fizeram ruir aquelas premissas. A partir da segunda hegemonia do capital financeiro, observou-se uma ofensiva no campo que, tal como expressou Chesnais (1996), mercantilizou a terra e a natureza a um patamar sem paralelo na história do modo de produção capitalista.

Oliveira (2015) preconiza que a agricultura passou a operar sob a órbita da mundialização do capital a partir de uma tríade: produção de alimentos como *commodities*, Bolsas de mercadorias e de futuros e atuação de empresas monopolistas mundiais.



A conversão de alimentos em *commodities* se substancializa quando se torna uma mercadoria qualquer, deixando de figurar como uma questão estratégica nacional. Os Estados nacionais, sob a faceta neoliberal, eximiram-se de dar prosseguimento às provisões alimentares de suas respectivas nações, compactuando com a tônica especulativa do capitalismo monopolista mundializado, na qual o alimento tornou-se um mero ativo. Essa é uma das irracionalidades mais expressivas, que subjaz a esse interregno do modo de produção capitalista, uma vez que os alimentos se tornaram fungíveis (MCMICHAEL, 2016), a saber, um bem aleatório, similar a qualquer outra mercadoria posta à venda. Esse excerto de Goldfarb (2012, p. 51) é ilustrativo do que se deseja afirmar:

Entendemos que a lógica e os interesses do capital financeiro não apenas permeiam o capital produtivo, mas o dominam. Exemplo disso é a questão da especulação com *commodities*, que faz com que os alimentos virem ativos. A comida entra na roda financeira como qualquer outro ativo e perde o status de alimento, de uso, passa a ser só um elemento de troca.

Ao perder o status de alimento, o fetichismo da mercadoria alcança seu cume, pois o alimento, tão essencial à (re)produção da vida, é rebaixado à estatura de qualquer bem, podendo inclusive deixar de ser produzido, se não atender às exigentes expectativas da taxa de lucro.

A atuação das Bolsas tem consistido em sua capacidade de ordenar os preços das *commodities*, ingerindo à distância na produção dos alimentos. Isso interfere, diretamente, no que se produz no espaço agrário das formações territoriais. O Estado já não centraliza o que a agricultura produzirá, pois, a mesma perdeu seu papel estratégico nacional. Em várias formações territoriais, o ordenamento material e logístico operado por meio de empresas estatais foi deliberadamente colapsado (MARQUES, 2011).

O capital financeiro é quem arbitra a agricultura, pois esta é ritmada pelo dínamo especulativo presente nas Bolsas espalhadas pelo mundo, interligadas por complexas tecnologias de comunicação, a exemplo da Korea Exchange, CME Group e BM&FBovespa.

A atuação das empresas monopolistas se estabelece por meio do controle sobre as *commodities*, sobre a produção/distribuição/circulação e especulação dos alimentos. Essas empresas monopolistas se associaram com outras empresas nacionais (OLIVEIRA, 2015), dando origem a imensas corporações empresariais de atuação global, que “dominam cadeias inteiras relacionadas aos alimentos e, em muitos casos, possuem braços em outros setores, como mineração ou farmacêutico” (GOLDFARB, 2012, p. 44).

Elas atuam através de uma dupla frente, monopolizando a produção camponesa e/ou a produção agrícola de base capitalista e mediante sua própria territorialização, adquirindo (por meio



da compra, grilagem, concessão) terras e/ou arrendando-as. Oliveira (2015) identifica que a territorialização das corporações monopólicas pode se consumir por meio do controle da produção agrícola e do processamento industrial dessa produção por uma única empresa, o que revela o grau de concentração e centralização do capital presente ao processo de mundialização. Quanto à monopolização, Oliveira (2015) destaca que na agricultura mundializada, tornou-se comum que as corporações monopolistas também atuem na esfera da circulação como *trading companies*, ou seja, empresas que “dão origem” – vendem – a produtos que jamais produziram, mas que parecem ter se originado (*originate*) dessas empresas. Ressalta-se que essas corporações empresariais, a exemplo da Cargill, Bunge e ADM – além de bancos, fundos especulativos como *hedge* fundos, companhias de seguros, fundos de pensão –, estão organicamente associados ao mercado financeiro, negociando um estrondoso volume de *commodities*, que impactam globalmente nos preços dos alimentos.

Um dos mais recentes recursos de que tem se valido as corporações empresariais é o acesso ao volumoso arquivo sobre a agricultura mundial, usualmente, denominado de *Big Data*, onde estão armazenadas informações sobre padrões e tendências sobre clima, temperatura, solo, radiação, sequência genômica das variedades agrícolas, etc. Estima-se que até 2025 haverá mais conhecimento sobre a sequência genômica que sobre a astronomia (BOLL; LUXEMBURGO; EARTH, 2017). A avidez com que essas corporações disputam entre si o uso dessa ferramenta endossa a dimensão monopolista de suas atuações, haja vista que a *Big Data* pode recrudescer a capacidade de controle empresarial sobre a prática agrícola mundial, manuseando *exabytes* de dados e informações dos mais diferentes biomas em nome da reprodução do capital.

Trata-se de poderosas corporações empresariais que usurparam do interesse público a questão alimentícia, lançando mão de todos os expedientes possíveis para monopolizar de ponta a ponta o alimento. Não é à toa que McMichael (2016) nomeia o regime alimentar, emergido no bojo da acumulação mundializada de capital, como um regime corporativo, tendo em vista a pujança e a centralidade política e econômica alcançadas por essas corporações empresariais. Dada a centralidade e a concentração monopólica dessas empresas, estão, por conseguinte, imbricadas em diversos setores. A Bayer, por exemplo, opera simultaneamente com sementes industriais, agrotóxicos, produtos veterinários e, até mesmo, medicamentos. Ademais, a Bayer avança também sobre a propriedade de terras agrícolas, como vem fazendo na África com a aquisição de milhares de hectares.

Sem dúvida, o advento de um fluxo mundial de alimentos, arquitetado de acordo com os propósitos dessas corporações empresariais, representa o que há de mais emblemático nesse processo. A esse respeito, McMichael (2016) afirma que as corporações transnacionalizaram as rotas alimentares, superando as exportações dos excedentes de alimentos politicamente



administradas entre os Estados. Desse modo, converteram-se em expressivas provedoras dos alimentos, privatizando a provisão alimentar de várias formações territoriais.

Essa profusão de alimentos, circulando em escala global por meio das rotas operadas pelas corporações também foi responsável por um processo nocivo e ainda inacabado de padronização alimentar. Martinelli Júnior (1999) afirma que a mundialização do capital desterritorializou os padrões de consumo ao espalhar valores ocidentais para a escolha dos alimentos. Esteve (2017) nomeia a padronização alimentar de “mcdonaldização” da sociedade, destacando que seu teor perverso se potencializa com a perda da agrobiodiversidade, imposta pela drástica redução de culturas agrícolas.

Goldfarb (2002) salienta que essa alteração nos padrões de consumo alimentar atinge com maior notoriedade o continente asiático, onde se registrou uma extraordinária elevação do consumo de carne de bovinos, de suínos e de frangos que, por sua vez, demanda uma maior oferta de milho e soja, como ração animal.

Essa exportação de padrões de consumo alimentar, operada por essas corporações empresariais, também ocorre de maneira subliminar. Em situações críticas de fome, populações de países periféricos recebem doações de alimentos, coordenadas por órgãos multilaterais, a exemplo da FAO/ONU, entretanto, essa aparente ação humanitária oculta sua capacidade de erodir os hábitos alimentares dos países receptores desses alimentos. E não se trata de uma ação desprovida de intencionalidade, Caparrós (2016) explica que nos Estados Unidos é uma ação tão estratégica para as corporações ali sediadas, que existe uma lei estadunidense preconizando que 75% de sua ajuda alimentar sejam concedidas por contingentes de alimentos produzidos, processados e empacotados em seu país.

As doações, ainda que necessárias em momentos de crise, podem de tal forma desestruturar a agricultura local que, mesmo passada a crise, é penosa sua reconstrução. Elas podem ainda mudar hábitos alimentares e criar dependência de importações para as quais nem sempre a economia do país está preparada – como é o caso de países africanos agora dependentes da importação de arroz (CAMARGO; BACCARIN, 2016, p. 39).

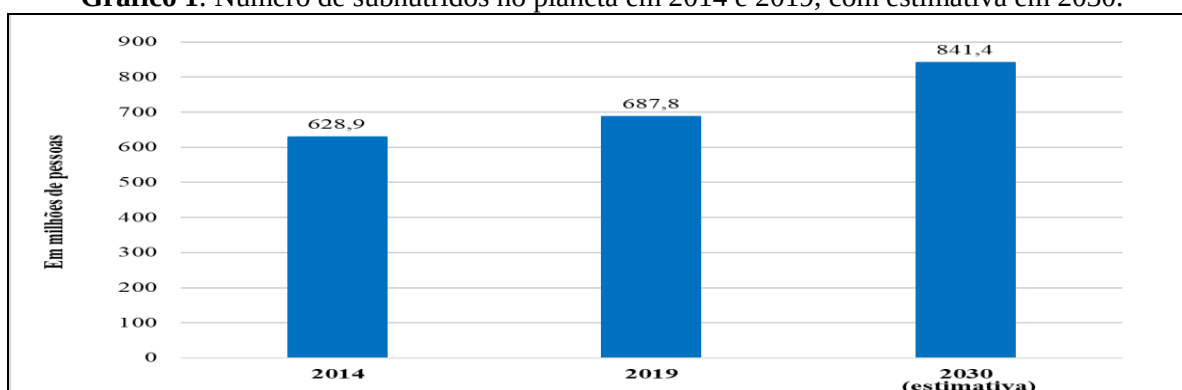
Cumpre-nos mencionar que Marx e Engels (2005, 43) já tinham aventado essa tendência quando, no Manifesto Comunista, ao descrever o processo de expansão do capitalismo no mundo, afirmaram que ao contrário “das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos”.



Assim, parafraseando Marx e Engels (2005), as corporações empresariais efetivamente forjaram um mundo à sua imagem e semelhança, e sua expressão é mais evidente sob a acumulação mundializada de capitais. Como consequência, os desdobramentos têm sido amplificados com uma grave crise de alimentos que repercute no recrudescimento do número de famélicos em vários continentes, em particular, na Ásia e na África.

Segundo dados divulgados pela FAO/ONU, em seu último relatório anual sobre a segurança alimentar e a nutrição no mundo, divulgado em 2020, a fome assumiu uma curva ascendente, fazendo aumentar o número de famélicos desde 2014. Os números de subnutridos saíram de 628,9 milhões, em 2014, para 687,8 milhões, em 2019. No mesmo informe, a FAO/ONU prevê um cenário bem pessimista, projetando um acréscimo de mais de 50 milhões de pessoas até 2030, o que pode provocar o alcance da funesta marca de 841,4 milhões de indivíduos subnutridos, conforme consta no gráfico 1. Ainda no mencionado documento, considera-se que a pandemia de Covid-19 pode antecipar o crescimento extraordinário de vítimas de subnutrição, provocando uma adição de 83 a 132 milhões pessoas em 2020.

Gráfico 1: Número de subnutridos no planeta em 2014 e 2019, com estimativa em 2030.



Fonte: FAO/ONU, 2020. Organização: Os autores, 2020.

A persistência da fome, mesmo após décadas de incremento da tecnologia, legada pela Revolução Verde, que aumentou grandemente o volume de alimentos disponíveis, revela que essa é uma contradição genética do *modus operandi* em que se assenta o funcionamento do capitalismo, no qual a produção socializada se choca com uma apropriação, eminentemente, privada. A elevação da produtividade, baluarte da Revolução Verde, foi conquistada, fazendo com que a oferta de alimentos ultrapasse, com folga, a população absoluta, mas tal fato não foi capaz de promover a eliminação da fome, porque o alimento transformou-se em alimento-mercadoria e, na atualidade, um mero ativo. A Revolução Verde, portanto, “funcionou como uma antessala preparatória ao processo sucedâneo de valorização especulativa do capital” (LIMA, 2016, p. 4). Em síntese, é a

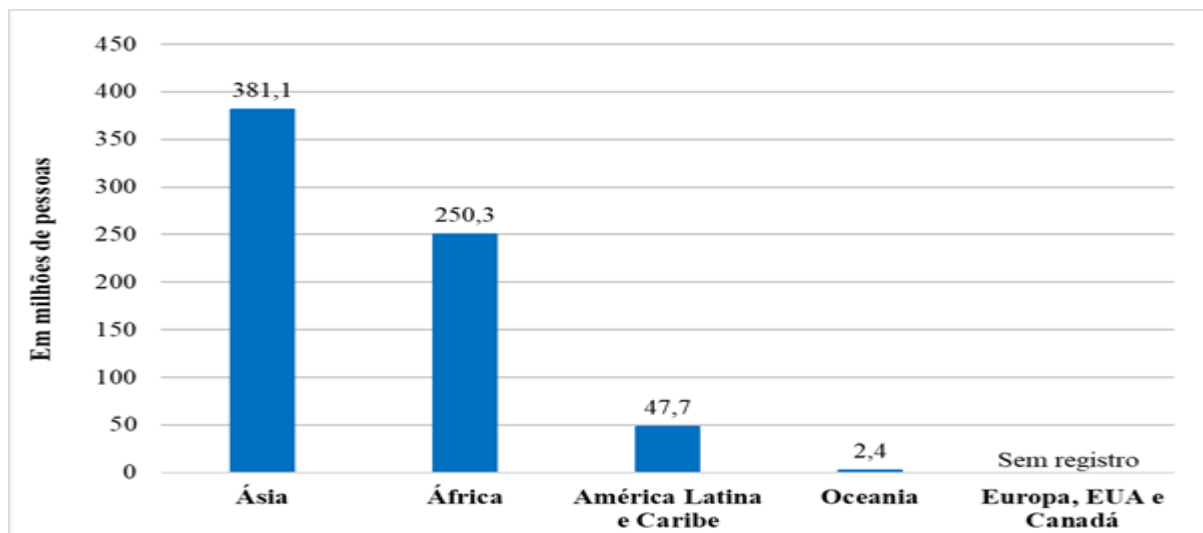


constatação dessa contradição “que faz com que a fome atual seja, de alguma maneira, mais brutal, mais horrível do que a de cem anos ou mil anos atrás” (CAPARRÓS, 2016, p. 257).

Goldfarb (2012) explica que os frequentes períodos de carestia de alimentos tornaram-se corriqueiros no atual regime alimentar corporativo, caudatário da mundialização do capital, provocando revoltas populares pelo mundo, mas salienta que são os efeitos diretos do desmantelamento do controle do Estado sobre a agricultura e os preços dos alimentos.

Vale mencionar que a crise dos alimentos e a fome não atingem uniformemente as formações territoriais e suas populações. Em que pese a existência da fome ser um fenômeno cada vez mais presente nos países centrais, tal como advertiu Esteve (2017), suas principais vítimas continuam a concentrar-se nos países periféricos. Retomando o já mencionado relatório da FAO/ONU (2020), é possível notar que a fome está radicada nos continentes que abrigam os países situados, historicamente, na periferia do capitalismo mundial. No gráfico 2 é flagrante a existência de subnutridos na Ásia (381,1 milhões), África (250,3 milhões), América Latina e Caribe (47,7 milhões)² e Oceania (2,4 milhões). Apesar de reconhecer que existem subnutridos na Europa, EUA e Canadá, a FAO/ONU não registrou seu número absoluto, sob a justificativa de que corresponde a menos de 2,5% da população desses países.

Gráfico 2: Distribuição do número de subnutridos por continente (2019).



Fonte: FAO/ONU, 2020. Organização: Os autores, 2020.

Acrescenta-se que as mulheres e as crianças são as principais vítimas da fome. De acordo com a FAO/ONU (2018; 2020), quase 33% das mulheres em idade fértil, no mundo, sofrem com anemia, e em todos os continentes as mulheres estão mais vulneráveis que os homens a padecerem

² O Brasil deixou o Mapa da Fome em 2014, contudo retornou à essa desonrosa lista em 2018, conforme indicam os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgada pelo IBGE (2020).



em função da falta de alimentos. Ademais, a vulnerabilidade das mulheres se acentua nos países da África, da Ásia e da América Latina. Uma mulher que vive na África, por exemplo, tem 24,3% de probabilidade de sofrer com a fome contra 1,3% de probabilidade, caso vivesse em países como EUA, Canadá e continente europeu. Situação similar ocorre com as crianças. A FAO/ONU (2020) afirma existir 144 milhões de crianças menores de cinco anos de idade vítimas de desnutrição crônica, a qual interfere diretamente no crescimento (altura) dessas crianças. A Ásia e a África concentram quase a totalidade de crianças com desequilíbrio entre idade/altura, revelando a correlação entre a concentração geral da fome nesses continentes e os seus efeitos deletérios nesse segmento vulnerável da população.

Seguramente, a constatação da prevalência da fome nas formações territoriais secularmente enredadas numa divisão internacional do trabalho desigual e contraditória não se trata de algo novo, conforme alerta Caparrós (2016), pois já se verificava desde o século passado, mas é, no mínimo, emblemática a persistência dessa concentração em determinadas parcelas do globo. Pode ser uma mera casualidade que os países com a mais alta fertilidade de terras no mundo abriguem a maior parte dos famintos, provocou sarcasticamente Sebastián (2009), mas não o é.

Não obstante a mundialização do capital tenha amalgamado as formações territoriais sob o tacho de ferro³ do capital financeiro e das corporações monopólicas, ela não encerrou a divisão territorial do trabalho e as assimetrias políticas e econômicas entre as formações territoriais. Não se trata do imperialismo clássico, analisado por Lenin (2002) e Bukharin (1984), e baseado na subjugação da quase totalidade do globo por corporações monopolistas, alicerçadas no capital financeiro e, sobretudo, no uso da força militar. A acumulação mundializada de capitais inaugura o imperialismo contemporâneo, no qual as corporações monopólicas das nações centrais estão, em diversos casos, associadas às corporações monopólicas, surgidas no âmago das formações territoriais periféricas. Inextricavelmente associadas ao capital financeiro buscam ciclos curtos de valorização do capital, fazendo uso do esgotamento da natureza, da superexploração da força-de-trabalho e, claro, da especulação com os alimentos.

Dentre os vários casos, podemos citar o da empresa 3G Capital, um fundo de investimentos criado por três empresários brasileiros, com sede dupla, Rio de Janeiro e Nova York, que se tornou proprietário de importantes marcas das corporações alimentícias. Sob seu controle estão empresas como a InBev, que controla a AmBev, a Burger King, adquirida em 2010, a Heinz, comprada em 2013, e a Kraft, adquirida pela Heinz, em 2015, e que resultou na formação da quinta maior empresa de alimentos e bebidas do mundo, a Kraft Heinz. Houve ainda a tentativa de aquisição da

³ Designação usada pelo escritor norte-americano Jack London (2011), em seu romance homônimo, para expressar o poder avassalador do capital financeiro no início do século XX.



concorrente Unilever, em 2017, por 143 bilhões de dólares, proposta que acabou sendo rejeitada (BOLL; LUXEMBURGO; EARTH, 2017).

Assim, o imperialismo contemporâneo não é um agente externo, personificado no capital estrangeiro, como outrora, mas um interregno do processo de acumulação em que há uma interpenetração de capitais de diversos matizes (produtivos e financeiros) e de diversas nacionalidades (LIMA, 2015). No que se refere aos alimentos, existem corporações monopólicas de países centrais e periféricos, diretamente, envolvidas no cotidiano tratamento daqueles como meros ativos. Oliveira (2015) nos brinda com um exemplo angular do que se deseja afirmar.

Como novidade, formaram-se também em termos mundiais os monopólios constituídos nos países emergentes, fruto da ascensão internacional de setores das burguesias nacionais com apoio do Estado. Estas associações entre empresas monopolistas nacionais e empresas monopolistas internacionais transformaram ambas, em empresas mundiais. Assim, o capital mundial disseminou-se pelos países emergentes fazendo alianças com setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais (Ibid, p. 230).

A respeito dos monopólios provenientes de países periféricos – ou emergentes, tal como mencionado por Oliveira (2015) – faz-se mister suscitar o caso do Brasil. Em poucas décadas se formaram corporações de capital aberto que mundializaram sua captação de investimentos, por meio da negociação de papéis em Bolsas de Valores, e que mundializaram parte da sua extração de mais-valia, explorando a força-de-trabalho de países centrais da economia capitalista ou de países periféricos. No quadro 1, constam algumas das empresas produtoras de alimentos, radicadas no Brasil, e que operam também em outros países. Trata-se de corporações monopólicas cuja dinâmica de acumulação está diretamente relacionada com o capital financeiro e que comercializam alimentos como *commodities* em diversos rincões do globo.

Quadro 1: Mundialização de empresas de alimentos sediadas no Brasil.

Empresas	Alguns Locais de Investimento no Exterior
JBS S.A.	EUA, Itália, Austrália e Argentina
Marfrig Global Foods S.A.	EUA, China e Nova Zelândia
Minerva Foods S.A.	América do Sul
BRF S.A.	Holanda, Reino Unido e Turquia

Fonte: FDC, 2017.

Organização: os autores, 2019.

O imperialismo contemporâneo tornou-se, portanto, o período em que a acumulação de capitais assumiu definitivamente uma escala global, dinamizado pelo capital financeiro que aglutina

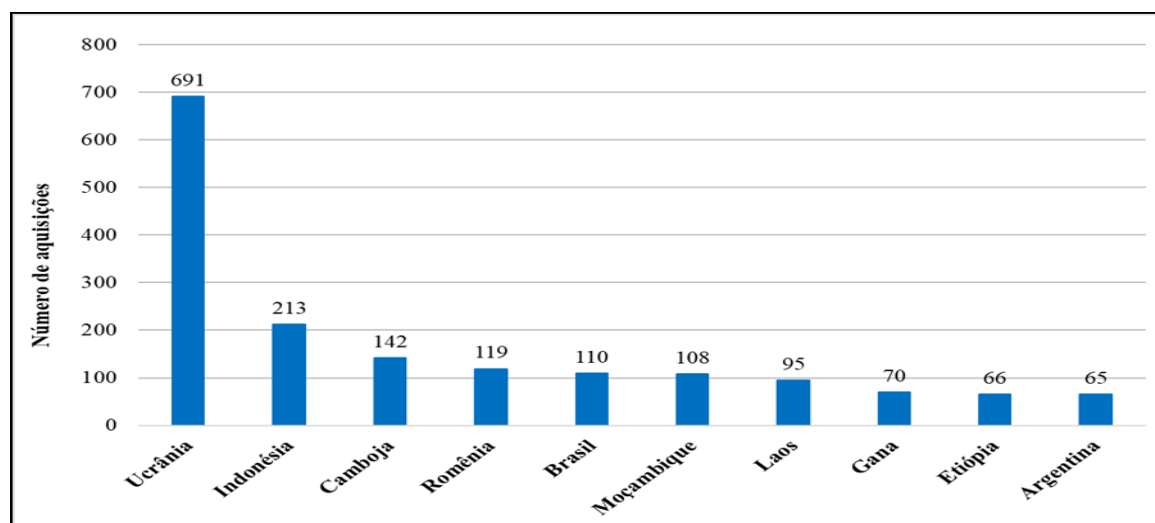


sob seu eixo investimentos de *players* espalhados por diferentes formações territoriais, sedentos pela máxima valorização de seus negócios e alheios às implicações sociais decorrentes.

No entanto, embora se verifique a participação de *players* provenientes de países periféricos, como o mencionado caso da 3G Capital, são os países periféricos que prosseguem sendo o principal *locus* receptor de ações das corporações monopólicas na economia mundializada. Tal assertiva se notabiliza com particular força quando analisamos a geopolítica mundial dos alimentos. Os alvos principais da aquisição de terras (territorialização) por parte das corporações monopólicas e de fundos de investimento e pensão estão situados nos países periféricos, onde costumam ser encontrados: radiação solar abundante, chuvas regulares, bons solos, complacência absoluta do Estado e um ordenamento jurídico, mormente, frágil. Estima-se que de 2006 a 2016 foram adquiridos cerca de 30 milhões de hectares de terra, em 78 países, em sua grande maioria, localizados na África, América Latina, Europa Oriental e Sudeste Asiático (GRAIN, 2016). Essas aquisições se destinam a produção de monocultivos como soja, milho, cana-de-açúcar e óleo de palma, cujo destino é servir de base para os biocombustíveis e/ou ração animal.

No gráfico 3 foram selecionados os principais países receptores de capital para aquisição de terras. Observa-se a presença exclusiva de países situados na periferia da economia capitalista. Destacam-se: Ucrânia e Romênia, integrantes do Leste Europeu, que foram alvo de mais 800 aquisições de terra; Indonésia, que ocupa o segundo lugar, atrás da Ucrânia, com mais de 200 registros; Camboja e Laos, localizados na Península da Indochina, onde ocorreram 237 operações; Brasil, no interior do qual se registraram 110 vendas e; Moçambique, Sudeste Africano, com 108 operações comerciais.

Gráfico 3: Principais países alvos das aquisições de terra, a partir de 500 hectares.



Fonte: Land Matrix, 2021. Organização: Os autores, 2021.



As “parcerias” com os pequenos produtores (monopolização do território) dos países periféricos também se verifica com frequência. A sujeição da renda da terra camponesa através da compra de produtos agrícolas previamente determinados pelas corporações monopólicas, sediadas nos países centrais, é uma realidade inexpugnável. Sem sombra de dúvidas, o programa intitulado “Una Nueva Visión para la Agricultura”, também chamado de Grow, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial e divulgado em 2009, é um marco dessa dinâmica. Trata-se da tentativa de se estabelecer “parcerias”, mediadas pelos Estados, com camponeses de formações territoriais de três continentes (África, Ásia e América Latina) para, supostamente, alimentar a população mundial até 2050 (WORLD ECONOMIC FORUM, 2013). O que se tenta ocultar nesse programa é que corporações monopólicas, como Nestlé, Pepsico, Bayer-Monsanto, Unilever, Corteva Agrisciences (DuPont e Dow Chemical) são signatárias da iniciativa e estão diretamente interessadas na sujeição da renda da terra camponesa. No Vietnã, por exemplo, a Pepsico está diretamente envolvida na disseminação do cultivo de batatas entre os camponeses, como matéria-prima base para seus alimentos processados (GRAIN, 2017).

A prática do *dumping* de preços é uma outra ação desse processo e atinge, sobretudo, países da borda periférica, dismantelando a produção local, expropriando camponeses e abrindo espaço para a invasão de produtos das corporações monopólicas, que ainda contam com generosos subsídios.

[...] toda essa comida – que desembarca com preços subsidiados nos mercados dos países mais pobres e não chega àqueles que dela mais precisam, mas àqueles que podem pagar – reduz os preços dos produtos locais, arruína os agricultores, reproduz o ciclo da fome: consegue, de fato, exatamente o contrário do que postula (CAPARRÓS, 2016, p. 504).

Acerca da aplicação do *dumping* de preços, vale o exemplo da Somália, trazido por Esteve (2017). Esse país do Chifre da África, um dos principais redutos de famélicos da atualidade, era autossuficiente na produção de alimentos até o início da década de 1980. Entretanto, o aumento unilateral dos juros da dívida, feito pelos Estados Unidos, coadunado pela imposição de políticas de austeridade do FMI e do Banco Mundial (liberalização do comércio agrícola, fim de subsídios à agricultura local, etc.) transformou o país, em um breve espaço de tempo, num logradouro de desembarque de massivos produtos das corporações monopólicas que desestruturaram a produção local e impulsionaram a fome.

Enfim, é indubitável afirmar que a fome é um fenômeno social e de alcance global, cujos rebatimentos sobre a população se tornaram ainda mais acachapantes no imperialismo



contemporâneo, no qual a acumulação mundializada de capitais converte os alimentos em *commodities*, apartando-os de sua função precípua, qual seja: alimentação de pessoas. A fome não é uma fatalidade (ESTEVE, 2017), mas uma “forma especulativa de acumulação” (CONCEIÇÃO, 2011, p. 15).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos 50 anos, as mudanças promovidas pelo processo de mundialização, crise estrutural e reestruturação produtiva do sistema do capital, sob a forma “neoliberal”, com a “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), a “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e as “privatizações” (do patrimônio estatal), transferiram grande parte das riquezas públicas para o capital, destruíram as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceram ao capital financeiro uma enorme liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais (PAULO NETTO, 2010).

Todavia, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, no imperialismo contemporâneo, não se trata apenas de uma imposição alicerçada no capital financeiro e no uso da força militar, conforme analisado por Lenin (2002) e Bukharin (1984). As corporações monopolistas dos países centrais, em vários casos, estão associadas às corporações surgidas na periferia do capitalismo.

O processo de mundialização do capital, com o fortalecimento da hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais produziram impactos profundos na produção de alimentos. Os Estados nacionais, que eram responsáveis pela administração dos estoques e dos preços, eximiram-se de dar prosseguimento às provisões alimentares de suas nações, submetendo-as aos ditames da lógica financeira do capital monopolista mundializado, na qual os alimentos tornaram-se *commodities*, comercializadas no mercado mundial, por meio de Bolsas de mercadorias e de futuros.

São muitas as consequências desse processo que incidem, sobretudo, nos países da periferia do capitalismo, com a elevação no preço dos alimentos, a padronização alimentar, a perda de agrobiodiversidade e aumento do número de famélicos, principalmente, entre mulheres e crianças (apesar do aumento do volume de alimentos).

As corporações monopólicas dos países centrais e periféricos atuam no controle das terras, das águas, das sementes e dos alimentos, por meio da sua territorialização e monopolização do



território, aumentando o contingente de seres humanos expropriados das condições fundamentais de sua reprodução.

REFERÊNCIAS

BOLL FOUNDATION, H.; LUXEMBURGO FOUNDATION, R.; EARTH, Friends of the Agrifood. **Atlas: facts and figures about the corporation that control what we eat**. Bruxelas, 2017. Disponível em: <<https://www.tierra.org/wp-content/uploads/2017/10/Atlas-de-la-comida-EN.pdf>> Acesso em: 4 jul. 2018.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>> Acesso em: nov. de 2020.

BUKHARIN, N. I. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar. In: **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 19, n. 32, Dossiê, p. 34-55, 2016.

CAPARRÓS, M. **A fome**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, A. L. A expansão do agronegócio no campo de Sergipe. In: **GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXII, n. 2, p. 1-16, 2011.

COSTA, E. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida**: quem controla nossa alimentação? São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FAO; IFAD; WHO; WFP; UNICEF. **2018. The state of food security and nutrition in the world: building climate resilience for food security and nutrition**. Roma, FAO, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i9553en/i9553en.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2019.

FAO; IFAD; WHO; WFP; UNICEF. **2020. The state of food security and nutrition in the world: transforming food systems for affordable healthy diets**. Roma, FAO, 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca9692en/ca9692en.pdf>> Acesso em: 27 set. 2020.

FDC. **Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2017**. Disponível em: <<http://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa%202017/Ranking%20FDC%20Multinacionais%202017.pdf>> Acesso em: 26 ago. 2018.

GOLDFARB, Y. A agricultura a partir do neoliberalismo: financeirização, poder corporativo e as ameaças à soberania alimentar. In: **Revista Agrária**, São Paulo, n. 17, p. 42-58, 2012.



GRAIN. **Cultivando desastres:** las principales compañías del mundo van por la cosecha. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/grain-5623-cultivando-desastres-las-principales-companias-del-mundo-van-por-la-cosecha.pdf> Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. **El acaparamiento global de tierras en el 2016 sigue creciendo y sigue siendo malo. 2016.** Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/grain-5607-el-acaparamiento-global-de-tierras-en-el-2016-sigue-creciendo-y-sigue-siendo-malo.pdf> Acesso em: 24 jun. 2018.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HOYOS, C. J. C.; AUGUSTINI, A. D'. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. In: **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 20, n. 35, p. 174-198, 2017.

LAND MATRIX. **Number of deal locations.** 2021. Disponível em: <https://landmatrix.org/map/> Acesso em: 12 mai. 2021.

LENIN, V. I. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2002.

LIMA, L. G. A dinâmica imperialista contemporânea: capital sem fronteiras e sua (ir)racionalidade apátrida. . **(Tese, Doutorado em Geografia).** São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015. 303p

_____. O processo de financeirização da agricultura: o perigo do agronegócio. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária: ajuste espacial X soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. 23., 2016, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2016. p. 1-13.

LONDON, J. **O tacão de ferro.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARQUES, M. I. M. **O novo significado da questão agrária.** 2011. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/1s2017/Marques_novo_significado_questao_agraria.pdf> Acesso em: 31 mai. 2018.

MARTINELLI JÚNIOR, O. As tendências mundiais recentes da indústria processadora de alimentos. In: **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 5-40, 1999.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MCMICHAEL, P. **Regime alimentares e questões agrárias.** São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora da UFRGS, 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. In: **Revista Geousp - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH; Labur Edições, 2007.



PATEL, R. **Obesos y famélicos**: globalización, hambre y negocios en el nuevo sistema alimentario mundial. Buenos Aires: Marea Editorial, 2008.

PAULO NETTO, J. **Uma face contemporânea da barbárie**. 2010. Disponível em: <www.pcb.org.br>. Acesso em: 03 de jul. de 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: **Revista INTERthesis**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.1-55, 2004.

SEBASTIÁN, L. de. **Un planeta de gordos y hambrientos**: la industria alimentaria al desnudo. Barcelona: Editorial Ariel, 2009.

WORLD, Economic Forum. **Una Nueva Visión para la Agricultura**. 2013. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_CO_NVA_Overview_SP.pdf> Acesso em: 24 jun. 2018.